APÊNDICE D**EMENTAS DAS DISCIPLINAS CHO BM/2023****01-Disciplina: Gestão de Logística - 25h/a**

Objetivo: Obter capacidades e competências considerando o Plano Estratégico do Corpo de Bombeiros Militar do Pará para o período de 2022 a 2031, o qual orienta o processo de transformação institucional a ser conduzido, dentre outros, pelo Sistema Logístico Bombeiro Militar mediante a efetiva previsão, provisão, manutenção e reversão dos suportes e serviços necessários à execução das funções logísticas nas diversas atividades da Corporação. Conteúdo: Noções de doutrina logística militar. Conceitos e definições. O Sistema Logístico do CBMPA. Planejamento Logístico. Procedimentos administrativos de compras e contratações públicas no âmbito da Corporação. Grupo Técnico de Gestão de Compras Públicas (GESCOMP) do Corpo de Bombeiros Militar do Pará.

Referencial Bibliográfico:

BRASIL. Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília. N. 61-F, p.1, 1 de abril de 2021. Seção 1;

_____. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. MD42-M-02: Doutrina de Logística Militar. 3a edição. 2016;

PARÁ. Lei Estadual nº 5.731, de 15 de dezembro de 1992. Dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do estado do Pará e dá outras providências, 1992;

_____. Corpo de Bombeiros Militar do Pará. PORTARIA Nº 110 de 26 de fevereiro de 2021. Dispõe sobre o Plano Anual de Contratação de bens, serviços, obras e soluções em tecnologia da informação e comunicação (PlanCOP) no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Pará. Belém, PA, 2021;

_____. Corpo de Bombeiros Militar do Pará. PORTARIA Nº 915 de 28 de dezembro de 2020. Institui o Grupo Técnico de Gestão de Compras Públicas (GESCOMP) do Corpo de Bombeiros Militar do Pará. Belém, PA, 2020;

_____. Corpo de Bombeiros Militar do Pará. PORTARIA Nº 024 de 24 de janeiro de 2021. Normatiza os procedimentos administrativos de compras e contratações públicas no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Pará. Belém, PA, 2021;

_____. Corpo de Bombeiros Militar do Pará. PORTARIA Nº 122 de 08 de março de 2021. Dispõe sobre o Guia de elaboração do Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções em tecnologia da informação e comunicações (PlanCOP) no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Pará. Belém, PA, 2021; e

_____. Corpo de Bombeiros Militar do Pará: Plano estratégico 2022-2031. Jaime Rosa de Oliveira. Jayme de Aviz Benjô. Rodrigo Martins do Vale. 1ª Edição. Belém, PA, 2022.

02- Disciplina: Gestão de Frotas e Combustível - 25h/a

Objetivos: Esta disciplina apresenta de maneira simples, clara e objetiva todos os assuntos que englobam a gestão de uma frota de veículos e combustível, seja ela de leves ou pesados, grande ou pequena, desde o seu dimensionamento, planejamento, renovação, implantação do plano de manutenção e do levantamento dos seus custos operacionais, que são os meios para uma gestão que torne a operação a mais econômica possível e a frota racionalmente dimensionada e utilizada.

Conteúdo: Manutenção de primeiro escalão, Verificações e inspeções diárias e semanais; Limpeza e conservação das viaturas, Procedimentos para realizar os abastecimentos, reaperto e lubrificações dos componentes das viaturas; Utilização do Sistema de Controle de Viaturas (SISCONV), Cuidados com os equipamentos, materiais, ferramentas e acessórios das viaturas. Manutenção de segundo escalão, Verificações e inspeções diárias e semanais, Limpeza e conservação das viaturas, procedimentos para realizar os abastecimentos, reaperto e lubrificações dos componentes das viaturas; Cuidados com os equipamentos, materiais, ferramentas e acessórios das viaturas; Levantamento de dados para retroalimentação do sistema; Renovação de frota, renovação de Viaturas – Por que substituir; Fatores que influenciam na vida útil das Viaturas; Idade da Viatura e Custo; Dificuldades e Estratégias na Substituição da Frota; Métodos de Renovação de Viaturas; Desvalorização Anual; Custo Financeiro; Custo de Manutenção; Análise pela matemática financeira; Dimensionamento técnico da frota e operacional do setor; Planejamento da frota e seus controles – almoxarifado, oficina, informática, abastecimento (combustível, óleos lubrificantes, pneus, quilometragem, motoristas, manutenção, estacionamento, lavagem, testes de qualidade etc.); Avaliação do dimensionamento da frota em função da demanda; Custos da gestão da frota: operacionais, fixos e variáveis da frota, vida útil e depreciação, custo médio e por quilômetro rodado; Instalações e setores auxiliares; Fluxo de informações. Identidade visual; Mão de Obra, pessoal envolvido, qualificação, treinamento, eficiência; Licenciamento e seguro obrigatório. Renovação, padronização, vida útil da frota (plano de renovação – provisões). Avaliação das condições mecânicas de cada veículo, Plano de manutenção preventiva para cada veículo (inclusive da terceirizada).

Referencial Bibliográfico:

BORGES, Carlos Eduardo et al. Manual de direção defensiva. Brasília: CB-MDF, 2007. 137p.

DI SORA, Piero. Gestão de Frota de Veículos, 2011. (Apostila do Curso ofertado pela Consultre em Florianópolis-SC).

Norma de Emprego das Viaturas Auto Bomba Tanque (ABT), Marca Pierce. Norma de Emprego das Viaturas Auto Salvamento e Extinção (ASE), Marca Iturri. Norma de Emprego das Viaturas Auto Escada Mecânica (AEM) Chassi Scania com Escada Giratória DLA (K) 55 VARIO CS.

VALENTE, Amir Mattar; PASSAGLIA, Eunice, NOVAES, Antônio G.; VIEIRA, Heitor. Gerenciamento de Transporte e Frotas. São Paulo: Ed. Cengage Learning, 2011, 2ª Edição Revista.

Referências complementares:

Norma de Emprego das Viaturas com Engenhos do CBMPA. Manuais dos fabricantes das viaturas com Engenho do CBMPA.

Manuais dos fabricantes das viaturas com Engenho do CBMPA.

03-Disciplina: Gestão de Patrimônio Público - 25h/a

Objetivo: Proporcionar conhecimentos técnicos-gerenciais na área de administração de recursos patrimoniais no setor público bem como sua interação com as demais áreas das instituições públicas, promovendo condições de aprendizagem na implantação e desenvolvimento da gestão patrimonial institucional.

Conteúdo: Legislação, Legislação Federal, Legislação Estadual, Conceitos Básicos, Patrimônio, bem móvel, unidade de Patrimônio, unidade de Localização, Agente Responsável, Instrumentos de Controle de Patrimônio, Material Permanente, Depreciação de Bens, vida útil, valor Residual, Taxa anual de depreciação e prazo de vida útil, Origem do bem, Compra, Doação, Produção Própria, Transferência entre Órgãos, Empréstimo, Cessão, Reaproveitamento, Locação, Incorporação ao acervo Patrimonial, Tombamento, Cadastramento, Descrição dos Bens, Controle, Movimentação, Movimentação por Transferência, Movimentação por Cessão, Movimentação por Empréstimo, Movimentação por Manutenção/Reparo, Movimentação por Retorno, Retorno da Movimentação por Cessão, Retorno da Movimentação por Empréstimo, Retorno da Movimentação por Manutenção/Reparo, Movimentação por Recolhimento, Movimentação por Reaproveitamento, Baixa, Tipos de Baixa, Baixa por inservibilidade, Baixa por Extravio, Acidente ou Sinistro, Baixa por Transferência, Comissão de Avaliação, Alienação, Alienação por venda, Alienação por Doação, Desfazimento, Inventário, Tipos de Inventário, Inventário Inicial, Inventário de Passagem de Responsabilidade, Inventário Anual, Inventário de encerramento, Inventário Eventual, Comissão de Inventário, atribuições e competências, Unidade de Patrimônio, responsável pela Unidade de Localização do Bem, Responsabilidades do Servidor com o Patrimônio Público.

Referencial Bibliográfico:

BRASIL. Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990. Regulamenta no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 out. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/D99658.htm>. Acesso em: 20dez2022.

MATO GROSSO DO SUL. Decreto nº 12.101, de 11 de maio de 2006. Dispõe sobre a gestão e a incorporação de bens ao acervo patrimonial do Estado e de entidades de direito público no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul. Diário Oficial [do] Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 12 maio 2006. Disponível em: <<http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secogovato.nsf/>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

PARÁ. Decreto nº 280, de 25 de julho de 2003. Dispõe sobre a utilização do Sistema de Patrimônio – SISPAT pelos órgãos da Administração Pública Estadual, e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Pará, Belém, 30 jul. 2003. Disponível em: <http://www.pa.gov.br/portal/sead/legislacao/lei_280.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

PARÁ. Decreto nº 1.296, de 18 de outubro de 2004. Regulamenta a Lei nº 6.555, de 3 de julho de 2003, que dispõe sobre a alienação, por doação, para fins de uso de interesses exclusivamente sociais, de bens móveis considerados inservíveis pelos órgãos da Administração Pública Estadual Direta, Indireta e Fundacional do Estado do Pará, e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Pará, Belém, 19 out. 2004. Disponível em: <<http://www.alepa.pa.gov.br/pdf/Decest2004.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

PARÁ. Decreto nº 336, de 09 de agosto de 2007. Dispõe sobre o desfazimento de algemas inservíveis dos órgãos da Administração Pública Estadual, e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Pará, Belém, 10 ago. 2007. Cad.1, p.5.

PARÁ. Decreto nº 337, de 09 de agosto de 2007. Dispõe sobre o desfazimento de bens inservíveis dos órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Pará, Belém, 10 ago. 2007. Cad.1, p.5.

PARÁ. Lei nº 6.555, de 03 de julho de 2003. Dispõe sobre a alienação, por doação para fins de uso de interesses exclusivamente social, de bens móveis, considerados inservíveis, pelos órgãos da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional, do Estado do Pará, e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Pará, Belém, 04 jul. 2003. Disponível em: <<http://www.alepa.pa.gov.br/pdf/Leiord2003.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2007.

PARÁ. Decreto nº 2.157, de 06 de agosto de 2018. Regulamenta a Lei nº 6555 de 3 de julho de 2003, que dispõe sobre a alienação por doação, para fins de uso de interesses exclusivamente social, de bens móveis considerados inservíveis, pelos órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta do Estado do Pará. Diário Oficial [do] Estado do Pará, Belém, 07 de agosto de 2018. Disponível em: <http://www.ioepa.com.br/pages/2018_08.07.DOE.pdf>

PARÁ. PORTARIA Nº 840/2018, de 04 de dezembro de 2018 - GS de 04 de dezembro de 2018 - Aprova o Manual de Procedimentos da Gestão Mobiliária do Estado do Pará. Diário Oficial [do] Estado do Pará, Belém, 06 de dezembro de 2018- Edição nº 33754-Disponível em: <http://www.ioepa.com.br/pages/2018_06.12.DOE.PDF>

SANTOS, Gerson dos. Manual de Procedimentos para o Controle Patrimonial dos Bens da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul. Florianópolis: [s.n.], 2004.

04-Disciplina: Noções de Instrução Processual Para Aquisições - 25h/a

Objetivo: Fornecer noções dos principais documentos a serem elaborados para iniciar uma compra pública no CBMPA.

Conteúdo: Estudo Técnico Preliminar (ETP), casos de dispensa de ETP; Termo de Referência (TR); Pesquisa de Preços no âmbito do CBMPA; Banco Referencial de Preços do SIMAS;

Referencial Bibliográfico:

BRASIL. LEI FEDERAL NO 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília. N. 61-F, p.1, 1 de abril de 2021. Seção 1.

PARÁ. DECRETO Nº 2.734, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2022. Dispõe sobre